

IFFLY, Catherine. *Transformar a metrópole, igreja católica, territórios e mobilizações sociais em São Paulo, 1970-2000*. Ed UNESP, 2010, 360p

Maria da Glória Gohn

O livro de Catherine Iffly, *Transformar a Metrópole*, é fruto de uma tese de doutoramento apresentada na área de Ciência Política da Université Panthéon-Assas (Paris II), ao final dos anos de 1990, e foi publicado na França em 2004 com o apoio do Ministério de Relações Exteriores, sob o título *Eglise catholique, territoires et mobilizations au Brésil*. A versão em português, editada pela UNESP, traz uma importante contribuição para a memória histórica das lutas e movimentos sociais em São Paulo, entre os anos de 1970-2000. Tomando como foco central de investigação as ações da Igreja Católica naquele período, a autora faz a reconstrução dessas ações focalizando atores relevantes na época, nos diferentes lugares da hierarquia eclesial. Suas fontes de dados incluem um rico acervo de documentos – destacam-se o material produzido por diferentes agentes sociais, jornais, e os documentos oficiais de encontros eclesiais –, assim como um rol exemplar de entrevistas com personagens da época. As ações são analisadas segundo a interação dos membros do clero com outros atores do cenário sociopolítico no período, tais como lideranças populares, membros do poder público e de outras entidades da sociedade civil, instâncias da Igreja, como a CNBB-Confederação Nacional dos Bispos, e a ação ou o diálogo, em certos momentos históricos, com segmentos de outras igrejas ou crenças cristãs. Destaca-se, nessa trajetória o papel de Dom Paulo Evaristo Arns e de alguns bispos que atuaram na capital, a exemplo de Dom Bernardino Sândalo, especialmente na Zona Leste – lócus da investigação empírica da autora.

O livro tem quatro extensos capítulos. O primeiro aborda a “Territorialização religiosa na Arquidiocese de São Paulo”. O segundo apresenta a temática dos direitos no período, com o título o “Espaço religioso e a formação de um espaço político”. O terceiro focaliza as ações da igreja e dos movimentos sociais em uma região de São Paulo: “Recomposições religiosas e políticas: o caso de São Miguel Paulista”. O último capítulo retoma o geral e avança no tempo histórico, apresentando “A ação da Igreja em São Paulo nos anos de 1990”.

Destaca-se inicialmente, no livro, o registro e a análise das inovações e mudanças que a Igreja Católica realizou em sua forma de atuar em São Paulo, nos anos de 1970, criando Centros Comunitários (CC) – estruturas arquitetônicas simples, diferentes do modelo predominante até então, de construção de capelas ou templos religiosos nos novos bairros da periferia. Os CCs eram construídos via mutirões populares, nos terrenos adquiridos pela Igreja com verbas advindas da cooperação internacional. Inúmeros Centros Comunitários abrigaram outra inovação na estrutura do modo de agir da Igreja nos anos de 1970 – os Centros de Defesa de Direitos Humanos (CDDH). Com os CC e os CDDH, a Igreja modelou a territorialidade de sua ação de forma descentralizada, incentivando a participação de leigos, em uma cidade dividida entre centro *versus* periferia, com regiões pobres e sem infraestrutura urbana de transportes, saúde, creches etc., em um momento difícil da vida nacional. Com o regime militar e o forte controle social reinante, esses centros, dotados de infraestrutura e logística, foram espaços para o diálogo, a reflexão e a organização da ação; transformaram-se em espaços de construção da resistência, em espaços de organização e conscientização dos grupos que lá se instalavam. Havia, especialmente nos anos 70 e primeiros anos de 1980, uma fusão entre espaço religioso e espaço de formação sociopolítico.

Orientações advindas dos anos de 1960 do Concílio Vaticano da Igreja e de Conferências na América Latina, como a de Medellín, deram suporte e incentivo para a ala que desenvolveu a Teologia da Libertação criar Comunidades Eclesiais

de Base nos novos espaços comunitários (CCs). O livro apresenta as tensões que permearam essa construção. Os CCs e CDDHs foram estruturas de suporte para as Pastorais, forma por excelência de ação da Igreja junto a camadas e segmentos excluídos. As Pastorais desenvolviam-se via planos estratégicos, tais como a Operação Periferia, lançada em 1972, em São Paulo, por D. Paulo E. Arns. As ações eram descentralizadas, mas a coordenação era centralizada na Arquidiocese de São Paulo.

Do ponto de vista do estudo e da análise dos movimentos sociais, o livro nos apresenta alguns pontos para a atualização dos debates naquele período, tais como a questão do basismo. O texto deixa claro que o basismo dizia respeito à estrutura da ação da Igreja, a forma de participação do povo nas novas ações da Igreja, e não algo que fosse fruto de um projeto ou concepção política de ser contra o Estado, como foi interpretado por vários analistas, críticos das posturas isolacionistas ou de organização da população fora das estruturas convencionais, como partidos e sindicatos. A base de recrutamento e agregação das pessoas era o território, a comunidade de pessoas que vivia em um dado território, e não o social ou a seleção dos vulneráveis na escala socioeconômica, como na atualidade.

Foi essa divisão territorial religiosa que possibilitou também a articulação de forças sociopolíticas, no local de moradia, entre o “povo” e os religiosos. Nessa articulação, profissionais a exemplo de médicos, jornalistas, sanitaristas e assistentes sociais, como também funcionários públicos, desempenharam o papel de mediadores, e (ou) assessores das nascentes organizações populares locais.

Uma representação usual criada sobre os movimentos sociais da chamada “era movimentalista” – nos anos de 1970-1988 – atribuía às dificuldades dos movimentos as limitações de suas reivindicações, tidas como muito localizadas, ligadas a suas necessidades mais imediatas. A própria Catherine incorre nesse erro de interpretação, mas os fatos apresentados no livro nos demonstram, cabalmente, que havia uma articulação entre a luta por direitos civis e a luta pelos direitos socioeconômicos.

Os primeiros revelavam-se nas ações em busca de retorno à democracia, contra o regime militar, em ações em que os movimentos se uniam a outras entidades da sociedade civil para protestar contra a violação de direitos humanos e demandar o retorno das eleições no país; a luta pelos direitos socioeconômicos aparecia nas reivindicações por condições mínimas de sobrevivência na grande cidade, tais como moradia, creches, saúde e transportes urbanos. Havia uma pedagogia que apostava no caráter didático da aprendizagem via pequenas ações. Essa ação configurou os territórios da metrópole e justifica o título do livro. A respeito desse último, creio que o título original em francês é mais elucidativo que o título da versão em português, embora fosse pretensioso: *Eglise catholique, territoires et mobilizations au Brésil*. O subtítulo da versão em português manteve a tríade: igreja, territórios e mobilizações, registrando agora que se trata de São Paulo, datando também os acontecimentos (1970-2000). Registre-se ainda que a categoria território não era muito usual na literatura sociológica até os anos de 1990: era mais restrita à área da geografia. Atualmente, é uma categoria de uso corrente não só nas Ciências Sociais como até nos projetos sociais das ONGs para pedirem verbas ou se apresentarem para concursos e prêmios. Portanto, o livro inovou também nesse aspecto.

Outro ponto relevante no livro e muito atual ainda para os movimentos sociais é a questão da comunicação. Ela foi vital nos anos de 1970-1980, tratada como estratégica pela Igreja ao criar jornais da e na periferia, como o “Grita Povo”, e mesmo o Semanário “O São Paulo”. Criou-se o CEMI – Centro de Comunicação e Educação de São Miguel Paulista, por exemplo, que desempenhou o papel de um centro de educação popular. Panfletos, faixas, cartazes, cartilhas populares (tendo em vista o grande número de analfabetos), rádios comunitárias e outras formas de comunicação desempenharam o papel de ativar a participação.

Destaca-se também o relato e a análise das consequências na mudança de rumos na orientação da Igreja Católica, a partir do final dos anos de 1980, e seus reflexos na organização e mobilização

popular. Ações eclesiais na cidade de São Paulo foram descentralizadas: bispos foram deslocados de suas regiões, Centros Comunitários e Centros de Direitos foram fechados ou redefinidos em suas funções, a cooperação internacional deixou de apoiar trabalhos da linha da Teologia da Libertação etc. A mobilização popular passou a ocorrer em torno de outras causas. Ocorreu o surgimento de novas orientações religiosas dentro da própria Igreja Católica – que já se ressentia da concorrência e da perda de fiéis para outras matrizes religiosas, tais como para a Assembleia de Deus, do bispo Edir Macedo. São criados, no interior da Igreja Católica, os grupos de oração e as novas práticas de espiritualidade individualizantes, presentes na corrente da Renovação Carismática. A autora afirma que o tempo das mobilizações e reivindicações se encerrou nessa nova etapa, mas que a Igreja continuou envolvida politicamente, passando da ação sociopolítica para a ação de ajuda assistencial aos indivíduos. Atualmente, os indivíduos participantes de projetos sociais são tratados como cidadãos no papel, mas, na prática, são usuários e consumidores de políticas sociais de distribuição de renda (bolsa família, renda mínima etc.), ou participantes de cooperativas de produção artesanal e geração de renda. Solidariedade substitui a categoria mobilização, solidariedade estrategicamente articulada via mobilização de recursos e oportunidades dadas pela conjuntura política, e não construídos via processos de participação, reflexão e ação, geradas pela comunidade. Tal comunidade é agora executora de projetos predefinidos, controlados por ONGs e associações, religiosas ou não, mediadoras de processos que atenuam a pobreza, mas não mexem em estruturas e causas.

É interessante também observar que, do ponto de vista teórico, a autora não recorreu às teorias que embasaram a grande maioria dos estudos sobre os movimentos sociais nos anos de 1970-1990, no Brasil, de matriz marxista, ou estrutural-marxista, ou pós-estruturalista, ou pós-moderna. Dentre os poucos autores citados, com exceção de Bourdieu, a maioria é da corrente norte-americana da teoria da Mobilização Política de Recursos, a exemplo de Charles Tilly e Anthony Oberschall. Aliás, essa corrente, via Sidney Tarrow, tem encontrado, na atualidade, inúmeros adeptos no Brasil, na análise dos movimentos sociais. O curioso é que os atuais adeptos dessa abordagem dizem que ela é “renovada”, e que outras, de um passado ainda recente, dos anos 80 etc. seriam páginas viradas. O livro de Catherine é um exemplo de que a abordagem está sendo recuperada, revisitada, mas ela já existia desde os anos de 1990 e, portanto, não é nova, nem elimina as demais. Outro ponto que falta no livro é uma análise mais completa da literatura brasileira do período da pesquisa, sobre os movimentos sociais. Certamente que o foco da autora é a ação da Igreja, e os movimentos são coadjuvantes que entram e saem de cena.

O livro de Catherine é um importante registro histórico de um tempo que passou, mas deixou inúmeros frutos. É um tipo de depoimento-memória. Fruto de um estudo acadêmico, não é um livro de leitura fácil, porque a publicação manteve o formato de tese, com centenas de extensas notas de pé de página, muitas fundamentais para explicar os fatos em tela, que poderiam ser incorporadas ao texto, mas muitas poderiam ser excluídas.

(Recebido para publicação em 27 de setembro de 2011)

(Aceito em 03 de janeiro de 2012)

**Maria da Glória Gohn** - Doutora em Ciência Política. Bolsista I do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Tem experiência na área de Sociologia, Educação e Políticas Sociais atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, participação social, educação não-formal, associativismo e cidadania. Dentre seus livros destacam-se: *Novas teorias dos movimentos sociais* (Loyola, 2012, 4a ed.); *Teorias dos movimentos sociais* (Loyola, 2012, 10a ed.); *Historia dos movimentos e lutas sociais* (Loyola, 2011, 6a ed.); *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo* (Vozes, 2012, 3a ed.); *Movimentos sociais e educação* (Cortez, 2012, 8a ed).  
mgohn@uol.com.br